

## Governo de MG e Vale assinam acordo de R\$ 37 bilhões por desastre em Brumadinho



Depois de cerca de três meses de audiências, que envolveram o governador Romeu Zema (Novo) e o procurador-geral da República, Augusto Aras, a Vale assinou, nesta quinta-feira (4), acordo com o estado de Minas Gerais por reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019.

O valor final é de R\$ 37,68 bilhões, quase R\$ 20 bilhões abaixo do que havia sido pedido inicialmente pelo estado. O acordo abrange direitos socioeconômicos e socioambientais. Ações individuais e criminais não fazem parte dos valores e seguem tramitando.

Zema ressaltou a agilidade na conclusão do acordo que, segundo seu governo, é o maior de medidas de reparação já firmado na América

Latina, em termos financeiros e com participação do Estado.

“Nós estamos usando essa indenização, essa reparação, para o povo mineiro, não para o caixa do Estado. Continuaremos sendo um estado com terríveis dificuldades financeiras, mas o povo mineiro é que vai receber o legado”, afirmou.

“Nós pudemos conciliar grandes questões sociais, econômicas, ambientais e, eu diria, sem desprezar a vida daqueles que se foram, para mitigar a dor dos que ficaram, propiciando a reparação dos danos e a recomposição desses bens coletivos”, avaliou Aras.

Em nota, a Vale disse que o acordo sela o compromisso da empresa com a reparação integral dos danos provocados pelo rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, que matou 272

pessoas em janeiro de 2019 - onze pessoas ainda não foram localizadas. A última atualização na lista de vítimas ocorreu no fim de 2019.

“A Vale está determinada a reparar integralmente e compensar os danos causados pela tragédia de Brumadinho e a contribuir, cada vez mais, para melhoria e desenvolvimento das comunidades em que atuamos”, afirmou o diretor-presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo.

Inicialmente, o Estado pedia R\$ 54 bilhões em reparações pelo desastre - R\$ 26 bilhões por danos socioeconômicos e R\$ 28 bilhões por danos morais e difusos.

Os valores foram calculados por estudos realizados pela Fundação João Pinheiro e pelo Ministério Público de Minas Gerais, respectivamente.

Fernanda Canofre/Folhapress

## Economia



**Grandes bancos privados fecharam mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020**

Página - 03

**Ações e CDBs são os produtos que mais cresceram em 2020**

Página - 03



**Startups avançam no campo e são promessa para investidores**

Página - 05

## Meio Ambiente



**Com poder de esfriar a Terra, baleias ganham a atenção de ecologistas e economistas** Página - 06



## No Mundo

### Itamaraty endossa proposta do México de lutar no G20 contra censura a Trump nas redes



O governo brasileiro endossou uma iniciativa do México para protestar, no âmbito do G20, contra a decisão de redes sociais de bloquear contas ligadas a Donald Trump, ex-presidente dos EUA.

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, tratou do tema em chamada telefônica com o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, na terça-feira (2).

“Na ótima conversa com o chanceler Marcelo Ebrard do México ficamos de trabalhar juntos no G20 pela liberdade de expressão na Internet — uma prioridade do Brasil desde o início do governo e mais ainda agora ante o risco

de que as redes se tornem instrumento de controle social”, escreveu Ernesto no Twitter, após a conversa.

A conta oficial do Itamaraty na plataforma destacou, por sua vez, que Ernesto e Ebrard “convergiaram na urgência de trabalhar no G20 e outros foros em favor da liberdade de expressão nas redes”.

Apesar de as publicações não citarem o ex-mandatário americano, o debate ganhou força tanto no Brasil como no México após plataformas digitais —entre elas Twitter e Facebook— excluírem perfis ligados a Trump.

Além do mais, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, lançou a iniciativa no G20 como uma

resposta direta ao bloqueio das empresas contra o republicano.

As redes sociais tomaram a decisão depois que o americano instigou manifestantes a invadirem o Congresso dos EUA em 6 de janeiro, durante uma sessão de certificação da vitória do democrata Joe Biden.

O episódio teve cenas de violência e terminou com cinco mortes. Os atos são tratados por integrantes do Partido Democrata como uma tentativa de golpe de Estado.

López Obrador foi um dos principais críticos da decisão de redes de limitar as publicações de Trump.

Ricardo Della Coletta/Folhapress

### Rússia, China e Índia lideram disputa pela projeção geopolítica da vacina



Enquanto EUA e Europa tentam imunizar suas populações mais rapidamente do que cresce a taxa de mutações do novo coronavírus, Rússia, China e Índia apostam na projeção geopolítica da vacina.

As três potências, que integram o moribundo grupo Brics com Brasil e África do Sul, têm feito movimentos de expansão de sua influência a partir da oferta de imunizantes, em especial a países em desenvolvimento.

Os russos tiveram uma semana de boas notícias, com sua contestada Sputnik V sendo cancelada pela co-

### Origem da covid-19: pesquisador defende estudo de cavernas de morcego

Peter Daszak, membro da equipe liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que busca pistas da origem da covid-19 na cidade chinesa central de Wuhan, disse que é preciso tentar rastrear os elementos genéticos do vírus em cavernas de morcegos.

Zoólogo e especialista em doenças animais, Daszak disse que a equipe em Wuhan vem recebendo informações de como o vírus, identificado primeiramente na cidade no final de 2019, levou a uma pandemia. Ele não entrou em detalhes, mas disse que não há indícios de que ele surgiu em um laboratório.

A origem do coronavírus se politizou muito depois das acusações, sobretudo dos Estados Unidos, de que a China não foi transparente na maneira como lidou com o surto no princípio. Pequim ventilou a hipótese de que o vírus surgiu em outro local.

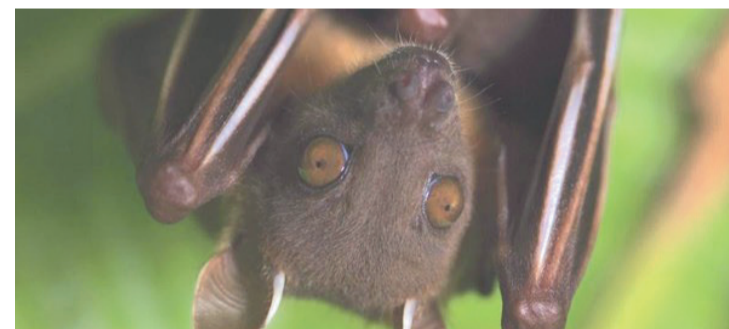
Daszak se envolveu na pesquisa da origem da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) em 2002-2003, rastreando-a em morcegos que viviam em uma caverna de Yunnan, uma província do sudoeste chinês.

Uma possibilidade sendo analisada mais atentamente pela equipe é a de que o vírus podia estar circulando muito antes de ser identificado em Wuhan.

“Isto é algo que nosso grupo está analisando muito intensamente para ver qual nível de transmissão comunitária podia estar acontecendo antes”, disse Daszak.

“O verdadeiro trabalho que estamos fazendo aqui é rastrear desde os primeiros casos até um reservatório animal, e esta é uma rota muito mais tortuosa, e pode ter acontecido ao longo de vários meses, ou mesmo anos.”

Reuters/ABR



munidade científica a partir da publicação de seus dados preliminares de fase 3 na prestigiosa revista britânica The Lancet.

Isso abriu as portas para que a chanceler alemã, Angela Merkel, dissesse que se o imunizante fosse aprovado para uso na Europa, ela ajudaria Vladimir Putin a fazê-lo na Alemanha —resolvendo um dos gargalos da Sputnik V.

Além disso, a aprovação para uso emergencial e fabricação no Brasil avançou consideravelmente. Nesta quarta-feira (3), México e Nicarágua elevaram para 18 os países que já deram aval para a vaci-

na, 6 deles na América Latina.

Para Putin, o prestígio é peça central, ainda mais no momento em que a pressão ocidental acerca da prisão do opositor Alexei Navalni cresce exponencialmente.

De quebra, alguns negócios típicos dos russos podem avançar ao mesmo tempo.

Na Argentina, que vacinou 0,88% de sua população desde a virada do ano com a Sputnik V, o embaixador da Rússia ofertou, segundo relatos, a venda de caças Su-30 ou MiG-29 para a Força Aérea local, que voa em estado miserável.

Igor Gielow/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30



## Grandes bancos privados fecharam mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020



**B**radesco, Itaú e Santander, os três maiores bancos privados do país, sinalizam que estão revendo seus processos mais tradicionais de operação e atendimento ao cliente. O movimento ocorre na esteira de uma maior adesão dos brasileiros aos canais digitais, como reação ao isolamento social, mas também como uma alternativa para a redução de custos.

O maior indicador dessa mudança é o fechamento de agências e a redução no quadro de funcionários. Apenas em 2020, as três instituições fecharam, juntas, mais de 1.500 agências e pontos de atendimentos. O número representa uma queda de 12% na estrutura.

O enxugamento de agências não é de agora. Especial-

istas e analistas do mercado já projetavam a tendência de migração de áreas físicas para canais digitais, com investimentos cada vez maiores em tecnologia.

“A capilaridade, de certa forma, era um grande ativo para o setor. Mas, de um tempo para cá, os bancos se anteciparam à digitalização, e não é de hoje que vêm diminuindo a presença física”, afirmou o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, em um Webinar promovido pela Fitch Ratings em setembro de 2020.

A expectativa, agora, é que o maior uso dos canais digitais durante a pandemia intensifique esse movimento. Pesquisa realizada pela federação e pelo Ipespe (Ins-

tituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas) com 3.000 entrevistados embasa essa percepção: 60% afirmaram que passaram a usar mais os canais virtuais dos bancos com a pandemia.

Outro levantamento feito pelo Banco Central apontou que o distanciamento social e o pagamento do auxílio emergencial em 2020 aceleraram o processo de bancarização no Brasil, fazendo com que 9,8 milhões de pessoas iniciassem relacionamento com uma instituição financeira entre março e outubro.

Em relatório divulgado nesta quarta-feira (3) o Bradesco apontou que um quarto (25, 3%) dos empréstimos feitos pelo banco em 2020 foi feito em canais digitais.

Isabela Bolzani/Folhapress

## Poupança tem retirada recorde de recursos em janeiro

**D**epois da captação recorde de recursos em 2020, a aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros iniciou 2021 com forte retirada. Em janeiro, os investidores retiraram R\$ 18,15 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem (4) o Banco Central (BC).

O resultado é o maior registrado para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995. Em janeiro do ano passado, os brasileiros tinham sacado R\$ 12,36 bilhões a mais do que tinham depositado.

Tradicionalmente, o primeiro mês do ano é marcado

por retiradas expressivas de recursos da caderneta de poupança. O pagamento de impostos e despesas como material escolar e parcelamentos das compras de Natal impactam as contas dos brasileiros no início de cada ano.

No ano passado, a poupança tinha captado R\$ 166,31 bilhões em recursos, o maior valor anual da série histórica. O pagamento do auxílio emergencial e as instabilidades no mercado de títulos públicos nas fases mais agudas da pandemia de covid-19 atraíram o interesse na poupança, mesmo com a aplicação rendendo menos que a inflação.

Wellton Máximo/ABR



## Ações e CDBs são os produtos que mais cresceram em 2020



**A**ções e CDBs (certificados de depósito bancário) foram os instrumentos financeiros que mais cresceram em 2020, segundo dados da Anbima (associação do setor) divulgados nesta quinta-feira (4).

Com o juro baixo e incertezas com a pandemia de Covid-19, o investidor buscou ampliar a rentabilidade da carteira no mercado de ações, ao mesmo tempo em que buscou alocar a renda fixa em CDBs, que se tornaram mais atrativos que a poupança e que fundos de investimento.

A poupança, atualmente, rende, 1,4% ao ano, menos que a Selic (2% ao ano). Já os fundos, com o juro baixo, ficam ainda me-

nos rentáveis dadas as taxas cobradas ao investidor.

O investimento de pessoas físicas, exceto os clientes private, atingiu R\$ 2,2 trilhões ao fim de 2020. Destes, 42,9% estavam em poupança, 16,1% em fundos de renda fixa, 13,6% em CDBs, 6,6% em fundos multimercado e 5,7% em ações.

Em 2019, eram R\$ 1,9 trilhões, sendo 40% em poupança, 23,1% em fundos de renda fixa, 10% em CDBs, 6,2% em fundos multimercado e 4,3% em ações.

No segmento private, que reúne clientes do Itaú Personalité, Banco do Brasil Estilo, Bradesco Prime e Santander Select, por exemplo, ações e CDBs também tiveram mais adesão em 2020.

De R\$ 1,48 trilhão deste nicho em 2020, 31,5% estavam em fundos multimercado, 20,9% em ações e 4,3% em CDBs. Em 2019, 31,8% de R\$ 1,3 trilhão estavam em fundos multimercado, 17,1% em ações e apenas 2,6% em CDBs.

Somando todas as categorias, os investimentos de pessoa física cresceram 13,4% em 2020 para R\$ 3,7 trilhões, maior valor da série, iniciada em 2014.

Ao apresentar os dados, a Anbima também divulgou suas metas para 2021. A primeira delas é revisão as regras de suitability, ou seja, de acomodação de risco conforme o perfil de cada investidor.

Júlia Moura/Folhapress



## Política

### Primeiro ato de Lira acende alerta para autoritarismo, e deputados cobram diálogo



O primeiro ato de Arthur Lira (PP-AL) à frente da presidência da Câmara arranhou a imagem do deputado e gerou desconfiças de integrantes da oposição e até mesmo de aliados de que o congressista possa ser autoritário na condução da Casa.

Na terça (2), integrantes de partidos de diversas matizes se revezaram em reuniões com Lira e cobraram dele compromisso de cumprir o discurso que usou na campanha, de que ouviria todos os pares para tomar decisões.

A pressão em cima de Lira e a ameaça desses partidos de que poderiam inviabilizar os trabalhos do plenário da Casa com obstruções foi o que levou o presidente da Câ-

mara a recuar e articular um acordo com eles.

Após ser eleito em primeiro turno com 302 votos, Lira fez um discurso de conciliação no qual afirmou que ouviria todos os líderes de partidos antes de tomar decisões.

Menos de um minuto após dar a declaração, porém, o deputado deixou de lado a fala pela conciliação e baixou ato excluindo praticamente todos os adversários dos cargos de comando da Câmara.

Sob o argumento de que o PT perdeu por seis minutos o prazo para registrar no sistema eletrônico sua adesão ao bloco de Baleia Rossi (MDB-SP), o novo presidente rebaiçou o partido do terceiro posto mais importante da Mesa, a primeira-secretaria, para o

último, a quarta-secretaria.

Já PSDB e Rede, que também integravam o bloco adversário a Lira, perderam os postos a que teriam direito inicialmente (segunda e quarta secretarias).

A reação foi imediata. Parlamentares protestaram ainda dentro do plenário contra o ato. Para abafar as reclamações, no entanto, o novo presidente da Câmara cortou os microfones dos líderes.

Assim que ele acabou a sessão, deputados subiram o tom. Ainda naquela noite, opositoristas mandaram recado via Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Hugo Motta (Republicanos-PB), aliados de Lira, de que o parlamentar ficaria impedido de gerir a Casa.

Julia Chaib/Folhapress

### Procuradoria da Câmara de SP diz que não reconhece a existência de coveradores



Em resposta a uma consulta feita pelo vereador Rubinho Nunes (Patriota), a Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo disse que a Mesa Diretora da Casa “não reconhece a existência de coveradores, uma vez que os mandatos de vereadores têm caráter individual e tal figura inexistente no ordenamento jurídico brasileiro”.

Na atual legislatura, dois mandatos que se denominam coletivos, a Bancada Feminista e o Quilombo Periférico, ambos do PSOL, inauguraram o formato no Legislativo paulistano, que se transformou em objeto de discussões desde o primeiro dia de ses-

### Pacheco: reforma tributária deve ser aprovada entre agosto e outubro

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta quinta-feira (4) que a reforma tributária deve ser aprovada entre agosto e outubro deste ano. Na avaliação do congressista, a pauta “é uma prioridade para o país”.

Segundo Pacheco, a comissão mista criada no ano passado para discutir a reforma retomará as atividades. Os presidentes das duas Casas Legislativas ainda precisam definir se a proposta começa a tramitar pelo Senado ou pela Câmara dos Deputados.

“A comissão concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com a apresentação do parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro [PP-PB], ouvindo os demais membros, que poderão sugerir acréscimos, supressões e críticas ao parecer. Na sequência, a reforma tributária se iniciará por uma das casas legislati-

vas”, disse o senador.

Pacheco reuniu-se na manhã de hoje com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o relator da comissão mista que analisa a reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e o deputado Aguinaldo Ribeiro.

“É um amadurecimento que vamos fazer com o presidente Arthur Lira. Temos uma previsão de que, em seis a oito meses, possamos ter concluído a reforma tributária tanto no Senado quanto na Câmara”, afirmou.

Lira disse que Câmara e Senado trabalharão juntos para que as reformas tenham discussões claras e transparentes. “Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas têm que andar constitucionalmente nas duas Casas. Pouco importará se começará em uma ou se findará em outra”, destacou.

Heloisa Cristaldo/ABR



sões na Câmara, na terça (2).

Nunes, líder do MBL, tem afirmado que esses mandatos tentam confundir os eleitores e que são uma “aberração jurídica que precisa ser exterminada”. Ele também acionou a Justiça para tratar do tema.

Representantes desses mandatos têm respondido que os grupos foram escolhidos pela população nesse formato e que atuarão coletivamente, tomando decisões em conjunto.

Em ofício de resposta à uma lista de perguntas feita por Nunes, a Procuradoria afirma que o ordenamento jurídico brasileiro estabelece que tanto a candidatura como o mandato têm que ser

exercidos individualmente.

Dessa forma, apenas o vereador diplomado em cada um desses mandatos coletivos terá os direitos e prerrogativas parlamentares na Câmara. Nos casos em questão, representarão os grupos Silvia Ferraro, da Bancada Feminista, e Elaine Mineiro, do Quilombo Periférico.

A Procuradoria ainda diz que a utilização de um nome parlamentar coletivo na Câmara poderia gerar “confusão” e estaria em contradição com a “diretriz de transparência”, já que as ações dos vereadores são necessariamente individuais.

Camilla Mattoso/Folhapress





## Startups avançam no campo e são promessa para investidores



**T**ecnologias desenvolvidas para o campo estão transformando o agronegócio e têm sido vistas por empreendedores e investidores como o potencial brasileiro em inovação. O avanço da digitalização permeia todas as etapas da cadeia produtiva, da facilitação de crédito para o agricultor ao acompanhamento remoto de lavouras, passando pelo uso de inteligência artificial para a distribuição de alimentos.

O entusiasmo com o setor se reflete nos investimentos feitos nos últimos tempos nas chamadas agtechs, como são chamadas as startups dedicadas a desenvolver inovação para a lavoura. Foram US\$ 70 milhões investidos no ano passado em venture capital, de acordo com a Distrito Dattaminer.

Para Bruno Profeta, responsável pelos investimentos no setor na KPTL –hoje são nove agtechs no portfólio da gestora–, o Brasil vive um momento de inflexão, em que o potencial agropecuario é pressionado pelo aumento da demanda por alimentos, forçando o processo de digitalização.

“É uma tempestade perfeita de elementos que criam um ambiente propício para o surgimento das startups: mercado ultrarrelevante, histórico grande, capacidade de produção de conhecimento específico, e agora temos as ferramentas computacionais que podem ser aplicadas à realidade do campo. É o que aconteceu na indústria há 20 anos, o princípio é o mesmo, uma revolução de informações.”

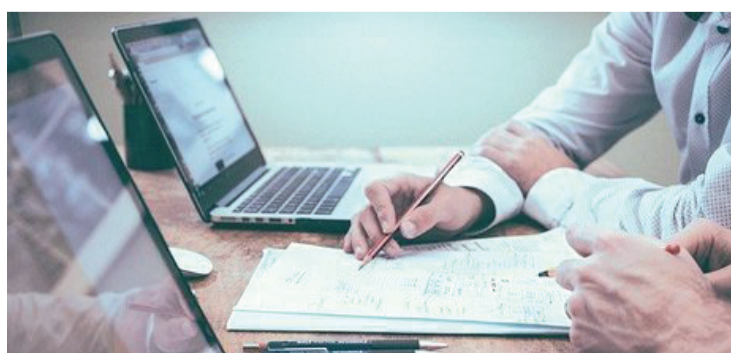
Ele também acrescenta a preocupação crescente na

sociedade por uma agricultura sustentável. “Fortalecem algumas pautas, como rastreabilidade da cadeia. O consumidor quer ter a informação de como o alimento foi produzido, forçando a necessidade do setor de incorporar soluções.”

No início do ano, a gestora fez um aporte de R\$ 3 milhões na Ecotrace, startup de rastreabilidade de carne bovina, aves e algodão, que atende gigantes do mercado, como a JBS, a Minerva e a Frigo. O sistema, que usa tecnologia blockchain, permite maior transparência ao processo produtivo.

“Há seis anos esse tipo de tecnologia não estava maduro, mas hoje eu consigo permitir que o produtor assista ao abate online, por exemplo”, diz Flavio Redi, presidente-executivo da empresa.

## Grandes varejistas buscam soluções de startups em novo programa da Endeavor



**A** Endeavor abriu inscrições para um novo programa de aceleração voltado para startups que resolvam desafios de médias e grandes empresas varejistas.

A edição tem patrocínio do GPA, da Arezzo&Co e do Grupo Mateus e selecionará até 12 scale-ups, como são chamadas as startups em um estágio mais avançado de maturação, que já têm um produto validado no mercado com potencial para crescer rapidamente.

Segundo Victor Xavier, gerente de aceleração de negócios da Endeavor, o foco do programa se relaciona

## Fintech do setor de energia solar recebe aporte milionário

**D**ados da Associação Brasileira de Energia Solar mostram que o setor atraiu mais de 13 bilhões de reais em investimentos somente no ano passado, 52% a mais do que em 2019. Em plena pandemia, o segmento foi responsável pela geração de 86.000 novos postos de trabalho. Como o Radar mostrou na semana passada, o uso de energia no Brasil subiu quase 20% em 2019.

Quem está aproveitando as boas novas do setor é a fintech Edmond, que oferece uma conta digital para inte-

gradores e instaladores que atuam nesse mercado. A empresa recebeu um aporte de 40 milhões de reais e lançou a plataforma gratuita APP-Solar, para auxiliar os profissionais a comercializarem equipamentos e elaborarem projetos.

O resultado foi imediato: em menos de três meses de fundação, a Edmond conquistou um faturamento de 60 milhões de reais. Agora, a previsão é movimentar 1 bilhão de reais em um ano e meio na venda de equipamentos e transações nas contas digitais.

Veja



com a necessidade de rápida transformação do setor imposta pela pandemia.

“Percebemos que o ecossistema de grandes varejistas precisa ainda mais de inovações e muitas vezes as parcerias com scale-ups são um excelente caminho para continuar a transformação digital iniciada em 2020 e solucionar as dores dessas grandes empresas”, diz.

O programa dura cinco meses, de março a julho, período em que as empresas selecionadas receberão mentoria e estarão em contato com empresas parceiras da Endeavor, como a Totvs, a Zenvia e a Vtex, entre outras.

As mentorias ajudarão os empreendedores a lidarem com desafios desde a cultura empresarial até estratégias de venda e expansão.

Mais de 200 startups já passaram por programas de aceleração da organização, dedicada ao estímulo ao empreendedorismo.

Em 2019, foram realizados 13 programas de aceleração com parceiros corporativos, apoiando mais de 200 scale-ups. No ano passado foram 25 turmas.

As inscrições vão até o dia 11 de março e podem ser feitas pelo site da Endeavor.

Folhapress



## Meio Ambiente

### Com poder de esfriar a Terra, baleias ganham a atenção de ecologistas e economistas



Ver uma baleia encalhada na praia costuma despertar fortes reações. Pode deixar as pessoas curiosas — baleias encalhadas podem fazer coisas estranhas, como explodir. Também pode ser triste testemunhar uma criatura tão magnífica na água reduzida a uma massa de gordura sem vida em terra.

O que raramente se registra, no entanto, é a oportunidade perdida de sequestro de carbono.

As baleias, especialmente as baleias-de-barbatana e cachalotes, estão entre as maiores criaturas da Terra. Seus corpos são enormes reservas de carbono, e sua presença no oceano influencia os ecossistemas ao seu redor.

Das profundezas do oceano, essas criaturas também estão ajudando a determinar a temperatura do planeta — algo a que só começamos a dar valor recentemente.

“Em terra, os humanos influenciam diretamente o carbono armazenado nos ecossistemas terrestres por meio da extração de madeira e queimadas nas florestas e pastagens”, diz um artigo científico de 2010.

Mas essa suposição ignora o impacto surpreendente da caça às baleias.

Os seres humanos matam esses mamíferos há séculos, uma vez que seus corpos fornecem de tudo, desde carne a óleo.

O primeiro registro de caça comercial a baleias data de 1000 d.C. Desde então, mi-

lhões foram mortas, e especialistas acreditam que isso pode ter reduzido as populações de baleias entre 66% e 90% em todas as partes do mundo.

Quando as baleias morrem, elas afundam até as profundezas do oceano — e todo o carbono armazenado em seus enormes corpos é transferido da superfície da água para o fundo do mar, onde permanece por séculos ou mais.

No estudo de 2010, os cientistas descobriram que antes da caça industrial, as populações de baleias (excluindo cachalotes) teriam depositado entre 190 mil a 1,9 milhão de toneladas de carbono por ano no fundo do oceano — o que equivale a tirar entre 40 mil e 410 mil carros das estradas anualmente.

GI

### GM planeja vender apenas modelos com emissão zero até 2035



General Motors Co. está prometendo se tornar mais ecológica transformando todas as suas operações globais e veículos neutros em carbono até 2040, incluindo a estratégia de vender apenas de modelos com emissão zero até 2035.

A promessa é um comprometimento ousado da montadora em relação às metas de redução de emissões estabelecidas pela Califórnia. O estado é um dos maiores mercados de veículos dos EUA e anunciou em setembro que planeja proibir as vendas de carros e caminhões movidos a gasolina até 2035. A meta da GM para fazer com

### Storebrand diz que Brasil age contra desmatamento, mas é pouco

A seguradora norueguesa Storebrand ASA, que lidera um esforço de investidores para parar o desmatamento na Amazônia, disse que o Brasil fez alguns progressos, mas é necessário mais, após reunião com o vice-presidente Hamilton Mourão.

Novos números apresentados pelo governo brasileiro indicam que a taxa de desmatamento caiu no segundo semestre do ano passado, disse Jan Erik Saugestad, diretor executivo da unidade de gestão de ativos da Storebrand, em comunicado enviado por e-mail. Mas, “ainda está muito alta e muito longe da meta de 2020 fixada na legislação climática brasileira”.

Gestores de ativos nórdicos dizem que o desmata-

mento está criando riscos inaceitáveis para os investidores em títulos soberanos brasileiros, colocando negociações comerciais e exportações sob risco e ameaçando transformar o país em “pó” no longo prazo.

Eles alertaram que, sem sinais de melhora, o Brasil pode perder investidores e, em última análise, enfrentar custos de empréstimos mais elevados.

“Gostaríamos de continuar apoiando o crescimento econômico brasileiro como investidores”, disse Saugestad. “Mas a tendência de aumento do desmatamento no Brasil torna cada vez mais difícil para empresas e investidores atender às suas ambições ambientais, sociais e de governança.”

Exame



que toda a empresa alcance neutralidade de carbono está 10 anos adiante do objetivo da rival Ford Motor Co.

A ação da empresa subiu após a notícia nesta quinta-feira em Nova York.

A iniciativa da GM faz parte da estratégia da CEO Mary Barra de assumir a liderança da Tesla Inc. no que diz respeito a veículos elétricos e mudar a imagem da empresa de Detroit como construtora de caminhões e SUVs que consomem gasolina e liberam carbono. Barra já prometeu que a GM gastará US\$ 27 bilhões para fabricar 30 veículos elétricos até 2025.

“A General Motors está

se juntando a governos e empresas em todo o mundo que estão trabalhando para estabelecer um mundo mais seguro, mais verde e melhor”, disse Barra em um comunicado. “Nós encorajamos outros a seguir o exemplo e causar um impacto significativo em nossa indústria e na economia como um todo.”

A GM terá que converter todos os modelos que vende para funcionar com bateria ou possivelmente hidrogênio para atingir sua meta. O objetivo é reduzir o preço de alguns veículos elétricos para torná-los acessíveis a mais compradores de carros novos.

Exame



**lfood.com Agência de Restaurantes Online S.A.**

CNPJ/ME nº 14.380.200/0001-21 - NIRE nº 3530041301-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02/02/2021**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 02/02/2021, às 10h, na sede social. **2. Presença:** Presença de acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Carlos Eduardo de Almeida Moyses - Presidente; Diego Carneiro Barreto - Secretário. **Deliberações:** 4.1. A ratificação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23/09/2020; e reafirmado em reunião realizada em 1/02/2021, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, decorrente do exercício de opções de subscrição de ações de emissão da Companhia outorgadas no âmbito do Primeiro Plano Geral de Opções de Subscrição de Ações da Companhia ("Plano"), aumento este no valor de R\$ 1.730.286,60, mediante a emissão de 2.210 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas naquela data, de modo que o capital social da sociedade passou, naquela ocasião, a ser de R\$ 1.974.359.394,44, dividido em 1.797.628 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 4.2. Em ato contínuo, a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 55.000.000,00, em razão da não integralização neste exato valor relativa a parte da parcela do aumento de capital social destinada à conta de reserva de capital, a título de ágio, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10/08/2020, cancelando, portanto, a obrigação do acionista IF-JE Participações S.A. quanto a este pagamento, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.974.359.394,44 para R\$ 1.919.359.394,44 sem o cancelamento de ações, permanecendo o capital social da Companhia dividido em 1.797.628 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Redução de Capital Sem Devolução à Acionista"). 4.2.1. O valor correspondente à Redução de Capital Sem Devolução ao Acionista não está sujeito à devolução de qualquer valor à acionista IF-JE Participações S.A., sendo apenas cancelada a obrigação de integralização, presente no Boletim de Subscrição anexo à ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10/08/2020, do capital social no exato montante da Redução de Capital Sem Devolução à Acionista. 4.3. Pela redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 100.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, passando este de R\$ 1.919.359.394,44 para R\$ 1.819.359.394,44, sem o cancelamento de ações, permanecendo o capital social da Companhia dividido em 1.797.628 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Redução de Capital"). 4.3.1. O valor correspondente à Redução de Capital será restituído à acionista IF-JE Participações S.A., a valor contábil, nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.249/95, mediante pagamento em moeda corrente nacional. 4.3.2. O montante total a ser restituído observará o artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sem a incidência de correção monetária. 4.4. Tendo em vista as deliberações acima, a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação, mantidos inalterados os seus respectivos parágrafos: "Artigo 5º. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.819.359.394,44 (um bilhão, oitocentos e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e quatro centavos), divididos em 1.797.628 (um milhão, setecentas e noventa e sete mil, seiscentas e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **5. Encerramento:** Aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas foi assinada pelos presentes. **6. Assinaturas:** Mesa: (a) Presidente: Carlos Eduardo de Almeida Moyses; (b) Secretário: Diego Carneiro Barreto; Acionistas: (c) IF-JE Participações S.A. (representada por Diego Carneiro Barreto e Carlos Eduardo de Almeida Moyses); (d) Movelis Serviços em Tecnologia Ltda (p. Diego Carneiro Barreto e Carlos Eduardo de Almeida Moyses). Osasco, 02 de fevereiro de 2021. **Diego Carneiro Barreto** - Secretário. Juceesp. Registro nº 00.000.00 em 00.00.2021 - xxxxxxxxxxxxxxxx - Secretária Geral.

## Data Mercantil

### A melhor opção para sua empresa



Faça um orçamento conosco:

comercial  
@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

## Bolsa sobe e fecha no melhor nível em 15 dias



Pelo terceiro dia seguido, a bolsa de valores fechou em alta. O indicador alcançou o melhor nível em 15 dias, mas está distante do recorde registrado no início de janeiro. O dólar alternou altas e baixas, mas fechou com pequena valorização.

O índice Ibovespa, da B3, fechou esta quarta-feira (3) aos 119.719 pontos, com alta de 1,26%. O indicador operou com ganhos durante toda a sessão, chegando a superar os 120 mil pontos no início da tarde.

O Ibovespa está no nível mais alto desde o dia 19. No entanto, o índice ainda está 4,3% abaixo do recorde de 125.077 pontos registrados em 8 de janeiro.

No mercado de câmbio, o dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,37, com valorização de R\$ 0,015 (+0,29%). A cotação operou em baixa na maior parte da manhã, chegando a cair para R\$ 5,32 na mínima do dia, por volta das 9h45. No entanto, voltou a subir durante a tarde. Na máxima da sessão, por volta das 13h30, a divisa chegou a R\$ 5,39.

O mercado financeiro reflete as articulações para destravar a pauta econômica após as eleições que definirão o comando da Câmara dos Deputados e do Senado. Hoje, os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, disseram que qualquer avaliação sobre a retomada do auxílio emergencial respeitará o teto de gastos.

IstoÉDinheiro

**Infotec Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.**

CNPJ/MF nº 40.316.750/0001-91

**Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações realizada em 28/10/2020**

**Data, Hora, Local:** Aos 28/10/2020, às 10:00 horas, na sede da Companhia, os abaixo-assinados e adiante nomeados e qualificados reuniram-se em Assembleia Geral, conforme os termos do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 9.457, de 05/05/1997 ("Lei das S/A"), com o objetivo específico de deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada **Infotec Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.**, sociedade com sede na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 06, Torre B, no bairro do Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP, com a eleição de Diretoria. **Presença:** presentes os subscritores representando a totalidade das ações da Companhia, todos considerados fundadores, nos termos do artigo 88 da Lei das S/A: (i) **Infocards Serviços e Processamento Ltda.** - CNPJ/MF nº 01.583.361/0001-70, neste ato representada por seu representante legal **Denis Cesar Correia**, RG nº 20.446.916-8 e CPF nº 103.540.518-06 e (ii) **Carlos Antonio Tamaki**, RG nº 23.854.594-5, OAB/SP 382.533 e CPF nº 279.499.848-05. **Quórum de Instalação:** A Assembleia foi instalada, sem convocação, com a presença dos subscritores representando 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. Denis César Correia - Presidente; Sr. Carlos Antonio Tamaki - Secretário. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Fundadores:** O Sr. Presidente declarou que o objetivo específico da Assembleia era o de deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "Infotec Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.". Em seguida, o Sr. Presidente declarou se encontrar sobre a mesa o projeto do Estatuto Social que irá reger a sociedade, solicitando a mim, na qualidade de Secretário, que passasse à leitura daquele projeto em voz alta, para todos os presentes. Concluída a leitura do Estatuto Social, ofereceu o Sr. Presidente a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ante o silêncio dos presentes, determinou o Sr. Presidente que se desse prosseguimento aos trabalhos com a leitura dos textos do Estatuto Social e do Boletim de Subscrição das ações da sociedade em constituição. Submetidos à aprovação dos presentes, os textos do Estatuto Social e do Boletim de Subscrição foram aprovados pela totalidade dos subscritores, sem reserva e/ou ressalva. Em seguida, o Sr. Presidente sugeriu que se desse prosseguimento à Assembleia, com os atos necessários à constituição da sociedade por ações "Infotec Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.", solicitando aos presentes que fizessem o Boletim de Subscrição das ações, na medida das respectivas participações no capital da sociedade em constituição. Ficou ajustado que o capital social da sociedade seria de R\$ 100.000,00, dividido em 100.000 ações ordinárias sem valor nominal, na forma do Boletim de Subscrição. Concluída a subscrição da totalidade das ações representativas do capital social da sociedade pela assinatura do Boletim de Subscrição constante do Anexo II à presente Ata, ficam elas assim distribuídas entre os subscritores, nos termos do artigo 80 da Lei das S/A: (i) a acionista **Infocards Serviços e Processamento Ltda.**, com 99.000 ações ordinárias, subscritas e integralizadas na forma do Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 99.000,00; e (ii) o acionista **Carlos Antonio Tamaki**, com 1.000 ações ordinárias, subscritas e integralizadas na forma do Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 1.000,00. As ações subscritas foram totalmente integralizadas na presente data. Prosseguindo os trabalhos, pediu-me o Sr. Presidente que processasse novamente à leitura do Boletim de Subscrição e do projeto de Estatuto Social que irá reger a sociedade. Concluída a leitura, o Sr. Presidente submeteu os documentos lidos à apreciação dos presentes, facultando a palavra a quem dela quisesse fazer uso para quaisquer esclarecimentos. Não havendo qualquer manifestação dos presentes, foi colocada em votação a constituição, em definitivo, da sociedade, tendo sido ela unanimemente aprovada pela totalidade dos subscritores. Face ao resultado da votação, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a sociedade, que será regida por seu Estatuto Social, aprovado pela unanimidade dos presentes, nos termos do Anexo IV. Retomando a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que compete aos Srs. Acionistas eleger os membros da Diretoria. Posta a matéria em votação e colhidos os votos, foram eleitos, pelo mandato inicial de 03 anos, por unanimidade, para ocupar a Diretoria da Companhia, os Senhores: **Denis Cesar Correia** e **Carlos Antonio Tamaki**, ambos qualificados, cuja declaração de desimpedimento segue como Anexo III à presente ata. Além disso, decidiram que todas as publicações referentes à sociedade serão feitas (a) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em diários de grande circulação, ou, (b) caso autorizado pela legislação aplicável, na Central de Balanço do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituída nos termos da Portaria do Ministério da Economia nº 529, de 26/09/2019, que regulamentou o disposto no artigo 289, § 4º da Lei das Sociedades por Ações, conforme redação que lhe foi conferida pela Medida Provisória nº 892, de 05/08/2019 e na página da Companhia a ser criada na rede mundial de computadores. Não tendo havido solicitação, de qualquer dos subscritores, o Conselho Fiscal não será instalado neste exercício. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, oferecendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso, a qual não foi utilizada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. O Sr. Presidente, então, declarou constituída a Companhia. São José dos Campos, 28/10/2020. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Denis Cesar Correia; Secretário: Carlos Antonio Tamaki. **Anexo IV: Estatuto Social: Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º.** Infotec Tecnologia e Meios de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que a ela forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto (i) a gestão de sistemas e maior de pagamentos eletrônicos para transações de compra e venda realizadas através da internet e aplicativos móveis; (ii) a assistência a transações comerciais on-line envolvendo pessoas físicas e ou jurídicas; (iii) prestação de serviços relacionados a gestão e cobrança em transações de compra e venda realizadas através da internet mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações; (iv) a prestação de serviços relacionados a informática, à internet, ao desenvolvimento e licenciamento de sistemas e rotinas de transferência de informações digitalizadas através da rede; e (v) a prestação de serviços especializados no desenvolvimento de sistemas e programas para utilização em formação processamento e tratamento de dados e computação eletrônica, administração de banco de dados próprios e de terceiros. **§ Único:** A Companhia exercerá as atividades listadas no caput do artigo em estabelecimento eleito como sede (matriz). **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 06, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 100.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ Único:** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Artigo 6º.** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III – Da Assembleia Geral: Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§ 1º:** A

Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º:** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **§ 3º:** O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S/A"). **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S/A e sobre as seguintes matérias, respeitando o quórum qualificado equivalente à aprovação de ações representativas de 75% do capital votante da Companhia: a) a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela Companhia, incluindo juros sobre capital próprio, observado o disposto no Capítulo VII do presente Estatuto Social; b) fixação de orientações gerais dos negócios da Companhia; c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação das respectivas atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; d) fiscalização da gestão dos Diretores, exame, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, bem como solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e/ou sobre quaisquer outros atos; e) qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto no § Primeiro abaixo; f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; g) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão, observado o disposto no § Primeiro abaixo; h) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 2º, § Terceiro acima; i) escolher e destituir os auditores independentes; k) discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício; l) eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e m) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia, observado o disposto no Artigo 2º, § Terceiro acima. **§ Único:** Dependendo da prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, conforme disposições previstas nos respectivos instrumentos de emissão dos referidos títulos e valores mobiliários, as deliberações da Assembleia Geral referentes a: (a) alterações deste Estatuto Social, conforme indicadas no subitem (e) acima, desde que modifiquem os Artigos 2º e/ou 9º e/ou o Capítulo VII abaixo; (b) a emissão de ações, salvo se totalmente subscritas e integralizadas pelos próprios acionistas da Companhia, nas proporções das ações atualmente detidas, e se tais novas ações, conforme o caso, forem automaticamente submetidas à eventual garantia de alienação fiduciária de ações prestada em garantia das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, nos termos do subitem (h) acima; e (c) debêntures ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários, acima dos eventuais limites previamente autorizados nos instrumentos de emissão dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos do subitem (h) acima. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 10º.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 11º.** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 12º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V – Da Diretoria: Artigo 13º.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 14º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. **Artigo 15º.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 16º.** A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) do Diretor Presidente, isoladamente; b) do Diretor em conjunto com um procurador; e c) de dois procuradores, em conjunto. **§ Único:** As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e não terão prazo de validade superior a 3 anos, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais e as procurações outorgadas em caráter irrevogável e irretirável, como condição de um negócio bilateral e/ou estipulada no exclusivo interesse do mandatário no âmbito das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, nos termos do artigo 684 do Código Civil. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal: Artigo 17º.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **§ 1º:** O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 2º:** O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 18º.** O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 19º.** Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A, 25% será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. **§ 1º:** No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das S/A. **§ 2º:** O saldo de lucros do exercício findo ou dos lucros acumulados ficará à disposição da Assembleia Geral, a qual determinará a sua distribuição no todo ou em parte. **§ 3º:** Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia: Artigo 22º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Das Disposições Finais: Artigo 23º.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. **Artigo 24º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X – Do Foro: Artigo 25º.** A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), eleger o Foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirigir quaisquer questões relacionadas ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disciplinas contidas na Lei das S/A e neste Estatuto Social. **Assinaturas: Diretores:** Denis Cesar Correia, CPF: 103.540.518-06; Carlos Antonio Tamaki, CPF: 279.499.848-05. **Acionistas:** Infocards Serviços e Processamento Ltda. por Denis Cesar Correia; Carlos Antonio Tamaki CPF: 279.499.848-05. **Advogado:** Lucas Carlos Vieira, OAB/SP nº 305.465. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.562.674 em 07/01/2021. Gisela Simiema Ceschini – Secretária Geral.

## Dólar opera em alta ante maioria das moedas com dados, mas libra sobe com BoE

O dólar operou nesta quinta-feira, 4, em alta frente à maioria das moedas, e, dentre as rivais, e grande exceção foi a libra, que se valorizou após decisão de política monetária do Banco da Inglaterra (BoE). O euro se desvalorizou ante o dólar em meio a uma percepção de que a retomada econômica está atrasada na região, e ficou abaixo do nível simbóli-

co de US\$ 1,20 pela primeira vez em dois meses. Nos Estados Unidos, a publicação de dados positivos de emprego fortaleceu a moeda americana, na véspera da publicação do payroll de dezembro no país, levando o índice DXY, que mede o dólar frente seis rivais, ao maior nível em 2 meses.

O DXY fechou em alta de 0,39%, a 90,529 pontos. O iene, segundo maior com-

ponente do índice, se desvalorizou perante o dólar, e era cotado a 105,56 no final da tarde em Nova York.

Para justificar a máxima do dólar em dois meses, a Western Union aponta "novas evidências da aceleração da economia dos EUA".

Os pedidos de seguro-desemprego semanais melhoraram mais do que o esperado, após dados fortes do relatório de contratações ADP. IstoÉDinheiro



## Negócios

### Planos de saúde sobem quase 50%; entidades vêm aumento abusivo, 'cruel e injusto' e vão à Justiça



Em meio à uma crise sanitária sem precedentes, com o sistema público de saúde sobrecarregado, quem contava com assistência médica privada no Brasil se viu diante de uma grande barreira no começo de 2021. Os planos de saúde sofreram reajustes retroativos, elevando em muito o valor das mensalidades.

A alta nos preços, considerando apenas os dados oficiais, chega a quase 50%, conforme aponta um levantamento divulgado nesta quarta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Mas a realidade pode ser ainda pior. Dados consolidados pelo Procon-SP apontam que há casos em que o aumento chegou a 113%.

A comerciante Janaina Alves da Rosa, de 44 anos, ficou sem reação ao receber o boleto do plano de saúde com vencimento em fevereiro. Ela pagava R\$ 422,63, e a nova cobrança veio com o valor de R\$ 704,35 – um aumento de 67%. “Isso não existe”, esbravejou nas redes sociais a filha dela, a estudante Rosa Alves Novelino Torres.

A disparidade nos custos ocorre porque, além do reajuste anual referente a 2021, os planos de saúde foram autorizados a cobrar, retroativamente, os reajustes que foram suspensos pela Agência Nacional de Saúde (ANS) em 2020, em função da pandemia. Em alguns casos, como o da comerciante Janaina Rosa, foi acrescido ainda o reajus-

te por mudança de faixa etária, gerando o aumento que o Idec classifica como abusivo.

Segundo o levantamento do Idec, o acúmulo de vários tipos de reajuste elevou a mensalidade dos planos de saúde entre 12,21% e 49,81%. Para chegar a esses percentuais, a entidade fez seis simulações usando os valores indicados no Painel de Precificação da ANS, de julho de 2020.

“São, portanto, dados oficiais conservadores, que não refletem as históricas distorções no mercado de saúde suplementar”, ressaltou o Idec. Ou seja, os reajustes efetivamente aplicados podem ser, como do caso de Juliana, superiores à média calculada no levantamento.

### Cursos por WhatsApp criados pelo Sebrae ajudam empresários a resolver entraves do dia a dia

O Sebrae lançou, em janeiro, 15 cursos gratuitos para serem acessados por WhatsApp, com curta duração, linguagem descomplicada e fartura de emoticons.

Até agora, a iniciativa já teve 80 mil alunos – número que considera também o período de testes, realizado no semestre passado. A entidade tem recebido uma média de 10 mil matrículas por semana para a modalidade.

A ideia de oferecer cursos pelo aplicativo de mensagens surgiu da percepção de que o empresário precisa de um canal para aprender e se informar que esteja presente em seu dia a dia, afirma Diego Demétrio, gerente nacional de soluções da instituição. “Foi então que nossos estudos indicaram o WhatsApp como um canal viável para isso”, diz.

Cerca de 95% dos brasileiros acessam o WhatsApp todos os dias, segundo pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, com 2.046 entrevistados entre 7 e 28 de julho de 2020.

“Usando o aplicativo para estudar, o empreendedor elimina barreiras: não precisa entrar no portal, abrir um computador, não precisa do acompanhamento de ninguém. Como o robô fica lá 24 horas por dia, o empresário faz as atividades quando puder, até enquanto estiver esperando em uma fila”, diz.

O conteúdo foi desenhado para atender a microempreendedores individuais (MEIs), mas o Sebrae está trabalhando em quatro cursos voltados para o setor da economia criativa – em breve, o conteúdo também poderá ser acessado por Telegram.

Marília Miragaia/Folhapress



### Metalúrgicos de Taubaté rejeitam proposta de indenização da Ford para fechar fábrica



Trabalhadores da fábrica de motores e câmbios da Ford em Taubaté (SP) rejeitaram nesta quarta-feira oferta da montadora de indenização por conta da decisão de encerrar a produção no país, anunciada no mês passado.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, a indenização oferecida pela montadora norte-americana era de 1,1 salário por ano trabalhado para os funcionários horistas. Para os mensalistas, o valor seria de 0,7 salário por ano trabalhado.

“É como se a indenização fosse apenas a antecipação dos valores dos meses de

fevereiro a dezembro. Mas o que os trabalhadores buscam neste momento não é uma indenização, mas sim a reversão da decisão da montadora”, disse o representante sindical na Ford, Sidivaldo Borges, em comunicado à imprensa.

Para a entidade, os valores estão abaixo do que os funcionários receberiam até o fim deste ano, entre salários e benefícios. “O cálculo leva em conta que os trabalhadores e trabalhadoras na Ford têm estabilidade no emprego até 31 de dezembro”, afirmou o sindicato.

A decisão na assembleia, segundo o sindicato foi unânime. Borges afirmou que os

trabalhadores fizeram um pedido para revisão na decisão de fechar as fábricas no país. “Estamos aguardando um posicionamento da fábrica, para discutir com o presidente global da Ford. Porque ainda temos esperança de que possa ser revertido”, disse o sindicalista.

Nesta semana, a Ford anunciou o maior investimento já realizado pela empresa em quase um século na África do Sul, de mais de 1 bilhão de dólares. Os recursos incluem recursos para ampliação de capacidade instalada de 168 mil para 200 mil veículos.

Biznews